

CNI alerta para a alta inflacionária

por Aristides R. de A. Filho
de Brasília

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou ontem em Brasília informe conjuntural onde alerta que a recuperação da economia pode ser comprometida pela aceleração da inflação, em decorrência do descongelamento e elevação nos juros.

O estudo ressalta alguma recuperação de preços captados pelos índices, como a taxa média de variação mensal, entre fevereiro e julho, do Índice de Preços por Atacado — oferta global (IPA) (10,72%) sendo superior à do Índice de Preços ao Consumidor (IPC), com 10,24%. Entre os componentes do IPC, destacam aumentos significativos ainda que em "produtos passíveis de controle" como alimentos industrializados e semi-elaborados, higiene e beleza, artigos de limpeza e produtos farmacêuticos. Desde fevereiro, a taxa acumulada para estes produtos é de 67,8%. Os serviços pessoais e médicos, e preços públicos — calculados a partir da variação de transporte e manutenção do domicílio — registram desde o início do congelamento variações de 102,8 e 98,7%, respectivamente (ver tabelas).

Os preços foram sancionados pela demanda. Os dados relativos à evolução da massa salarial captados pelos indicadores industriais da CNI indicam um aumento do grau de indexação dos salários.

Embora as políticas monetária e fiscal demorem a produzir efeitos, "a estabilização de longo prazo da economia brasileira passa pelo equacionamento definitivo do ajuste fiscal", observam. Reconheceu, entretanto, que a falta de uma reforma estrutural impede um superávit operacional nas contas públicas. Em agosto, a CNI prevê uma arrecadação próxima à de julho para a Receita Federal. A receita já absorveu a antecipação no recolhimento de impostos fixada pela Medida Provisória 298. Por outro lado, estima-se um desembolso adicional de Cr\$ 130 bilhões para cobrir a diferença do reajuste dos servidores públicos retroativo a julho.

POLÍTICA MONETÁRIA

A CNI observa que, em resposta à aceleração da inflação, o governo recentemente reintroduziu controles de preços e restringiu o crédito. No entanto, "o represamento artificial dos preços" gera "enormes distorções". Nesse contexto, as tarifas públicas são apontadas como exemplo. Apesar do tarifaço de janeiro procurar corrigir perdas provocadas pelo controle anterior de preços, a perda atual voltou a ser a mesma do início do ano, analisaram.

O impacto da liberação dos cruzados sobre o consumo e a manutenção de estoques foi limitado pela elevação da taxa de juros e maior seletividade na concessão de créditos ao setor

TAXAS DE INFLAÇÃO — 1991

Período	IPC-FIPE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE	IGP-DI FGV	IPA-DI FGV	IPC-FGV	INCC-FGV
1991							
Jan.	21,02%	20,95%	20,75%	19,93%	20,32%	19,91%	17,03%
Fev.	20,54%	20,20%	20,72%	21,11%	21,57%	21,53%	15,50%
Mar.	7,48%	11,79%	11,92%	7,25%	7,48%	6,60%	8,33%
Abr.	7,19%	5,01%	4,99%	8,74%	9,04%	8,62%	6,77%
Mai.	5,76%	6,68%	7,43%	6,53%	5,45%	7,05%	13,19%
Jun.	9,78%	10,83%	11,19%	9,86%	8,77%	11,72%	10,18%
Jul.	11,30%	n.d.	n.d.	12,83%	12,45%	13,31%	13,61%
Acumulado	117,18%	101,78%	104,60%	123,68%	121,10%	128,66%	121,52%
Acum. 12 meses	337,80%	364,30%	372,08%	340,82%	332,82%	362,09%	311,36%
Taxa Média	11,72%	12,41%	12,67%	12,19%	12,00%	12,54%	12,03%

Elaborado: DEC/CNI

n.d.: não disponível

ÍNDICE DE PREÇO POR ATACADO — FGV 1991

Discriminação	Período							Acumulado no ano
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul	
Disp. Interna	20,32%	21,57%	7,48%	9,04%	5,45%	8,77%	12,45%	121,10%
— Bens de Consumo	22,76%	24,42%	6,05%	9,66%	5,14%	7,58%	11,98%	124,98%
Duráveis	20,04%	7,88%	1,65%	3,32%	8,09%	9,90%	12,87%	82,36%
Não Duráveis	23,34%	27,84%	8,83%	10,71%	4,68%	7,20%	11,84%	138,43%
— + Gen. Aliment.	27,95%	36,31%	9,74%	14,30%	4,14%	4,74%	8,93%	159,93%
— Bens de Produção	18,69%	19,61%	8,51%	8,61%	5,67%	9,60%	12,77%	118,51%
Ofera Global	20,06%	21,94%	7,81%	9,03%	5,46%	8,64%	12,36%	121,57%
— Produtos Agrícolas	22,83%	28,23%	21,65%	22,11%	5,50%	3,89%	8,55%	178,36%
— Produtos Industriais	19,18%	19,66%	2,17%	2,99%	5,43%	11,28%	14,31%	101,25%
Prod. Alimentares	20,88%	38,33%	3,83%	2,91%	2,65%	12,91%	12,71%	133,38%

Fonte: FGV

privado. Para manter o dinheiro sob tutela, a autoridade monetária criou uma conta especial para abrigar cruzados — o depósito especial remunerado (DER) — e estabeleceu um recolhimento compulsório sobre a captação de depósitos a prazo. A CNI observa que "o próprio rendimento futuro do DER depende dos juros dos CDB, que são a base de cálculo da Taxa Referencial (TR)".

Se a demanda se manter aquecida, o efeito da política de juros negativos

será negativo, pois "a elevação do custo do dinheiro poderá ser repassada aos preços" prevêem (ver matéria abaixo).

BALANÇA COMERCIAL

O superávit comercial de US\$ 777 milhões em julho é o mais baixo do ano. Esse saldo reduzido é consequência não apenas da diminuição no volume de vendas externas mas também de "importações elevadas", no valor de US\$ 1,78 bilhão.

As projeções oficiais de US\$ 16 bilhões para a balança comercial, divulgadas no início do ano, devem ser revistas para baixo.

DÍVIDA EXTERNA

A médio prazo, as condições de renegociação do principal da dívida externa tornam-se um "determinante importante" da taxa de câmbio. Um saldo comercial reduzido em agosto, combinado à necessidade de realizar maiores transferências de recursos ao exterior, pode levar a ajustes mais expressivos do câmbio, embora essa não seja uma tendência para o curto prazo.

(Ver página 12)